

O caso de Foz Côa: percurso de um símbolo na definição de políticas culturais em Portugal

Rui Telmo Gomes
(Observatório das Actividades Culturais)

Desde que a descoberta de gravuras paleolíticas no local de construção da barragem de Foz Côa foi publicitada, em finais de 1994, o achado atingiu notável repercussão nacional e internacional, ao mesmo tempo que adquiria um significado simbólico relativo a transformações em curso na sociedade portuguesa. Para tal foi determinante o extenso debate decorrido ao longo de 1995, a partir do qual o caso se tornou verdadeiramente singular.

Se, dada a discussão em torno da datação das gravuras, o reconhecimento patrimonial da descoberta não foi imediato, cedo se afirmaram duas posições divergentes: uma perfilhada pela empresa promotora da obra, Electricidade de Portugal (EDP), que sustentava a conclusão dos trabalhos ao mesmo tempo que propunha soluções de compatibilidade entre barragem e gravuras (como a remoção das mais importantes destas para nova localização); outra posição, assumida em primeira instância pelos arqueólogos e gradualmente generalizada, defendia a preservação dos achados *in situ*, associando à defesa integral das gravuras a sua relação com a paisagem enquanto elementos fundamentais da valorização patrimonial, do que resultava por fim a reivindicação de abandono da construção da barragem.

Duas estratégias de desenvolvimento em debate

Passando dos aspectos directamente ligados ao caso ao seu significado mais geral, o antagonismo entre as posições enunciadas releva da oposição entre modelos de desenvolvimento. Correndo o risco de simplificação – dado que um dos aspectos cruciais do debate é a diversidade de protagonistas, interesses e lógicas de acção –, pode dizer-se que se confrontaram uma estratégia predominantemente economicista e industrialista, assente no efeito dinamizador da barragem, e uma estratégia de cariz mais cultural e local, baseada na implementação de actividades de aproveitamento do património descoberto. Outra diferença relevante entre os dois princípios de desenvolvimento prende-se com o facto de o primeiro decorrer de uma lógica de planificação centralizada (remetendo para uma política de água com origem nas décadas de 50 e 60), ao passo que o segundo corresponde a uma perspectiva de desenvolvimento territorial integrado de forte participação local.

No plano político, opunham-se os dois principais partidos portugueses, com o Partido Social Democrata (PSD), então no governo, sustentando a posição da EDP e a edificação da barragem, ao passo que o Partido Socialista (PS), que veio a vencer as eleições legislativas de Outubro de 1995, rejeitava essa opção. A circunstân-

cia do debate sobre Foz Côa decorrer numa conjuntura eleitoral contribuiu certamente para lhe trazer uma visibilidade acrescida – a suspensão das obras da barragem foi uma proposta emblemática da campanha do PS e depois uma das primeiras medidas concretizadas com a tomada de posse do novo governo.

Ainda no âmbito do significado político do debate, um dos principais eixos da importância simbólica que o caso veio a adquirir prende-se com a relação entre processo de decisão política e participação da sociedade civil. O debate, considerando a sua amplitude e a multiplicidade de factores envolvidos (a defesa das gravuras pelos arqueólogos e da barragem pela EDP; a discussão de modelos de desenvolvimento alternativos, que envolveu quer as mais altas instâncias do poder político quer a participação de associações cívicas e agentes locais; a intensa cobertura mediática e a generalização de pontos de vista expostos), tem sido interpretado como caso atípico face às representações usuais da sociedade portuguesa. Nesta perspectiva, a decisão de suspender a construção da barragem, invertendo opção anterior, revela uma inabitual permeabilidade do processo de tomada de decisão política às reivindicações decorrentes de uma mobilização cívica igualmente invulgar.

* Ver Auteurs.

1. Para ver o magnífico conjunto de gravuras paleolíticas de Foz Côa, Consultar <http://www.ipa.min-cultura.pt/coa/home/home.html>

Relevância pública da cultura

Outro aspecto importante do processo foi a relevância pública reconhecida aos domínios da ciência e da cultura. No caso da cultura, essa importância decorre de a preservação das gravuras ter sido tomada como símbolo de uma profunda redefinição da política cultural resultante da mudança de governo. Tal redefinição implicou em 1995 a criação do Ministério da Cultura (tutela governamental que na década anterior se encontrava limitada a Secretaria de Estado), com a correspondente reestruturação orgânica visando um acréscimo da autonomia de atribuições e competências dos organismos relativos aos diferentes sectores culturais.

É em concomitância com este quadro de reestruturação que se observam efeitos institucionais do debate sobre Foz Côa. Ainda em 1995, é lançado o Instituto Português de Arqueologia (IPA), autonomizando-se o sector dentro do MC face ao organismo que antes integrava (o até então Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, IPPAR). Na dependência do IPA são instituídos o Centro Nacional de Arte Rupestre e o Parque Arqueológico do Vale do Côa (remetendo este para uma nova modalidade de protecção territorial, próxima mas não igual à do parque natural, instrumento do âmbito da política ambiental). Estas disposições – a que deve juntar-se a instituição da carreira de arqueólogo no quadro da administração pública – traduzem a necessidade de dotar a política cultural de instrumentos de acção, quer ao nível da orgânica institucional, quer ao nível da regulamentação. O seu principal significado, tendo em conta que instrumentos do mesmo tipo foram introduzi-

dos para as diversas áreas de actualização do MC, será porventura a consagração das especificidades sectoriais de que se compõe a política cultural.

Balances de um processo em curso

Porém, se o caso de Foz Côa se liga à afirmação específica da política cultural como área de governação institucionalmente sustentada, já a possibilidade dessa mesma política cultural ser motor de um modelo de desenvolvimento alternativo a estritas determinações economicistas tem sido objecto de balances francamente menos optimistas. Isto porque tardam em fazer sentir-se os efeitos esperados dos programas de investimento associados à preservação das gravuras. As principais limitações em termos de infra-estruturas necessárias referem-se às acessibilidades e aos equipamentos de hotelaria, justamente condições imprescindíveis para contrariar o peso da interioridade e da distância que separa Foz Côa dos seus potenciais visitantes. A este propósito têm-se observado dificuldades de articulação entre decisores políticos, responsáveis pelos programas de investimento e agentes locais, na sequência das quais se tem visto afectada a operacionalidade dos investimentos no sentido de dar pleno cumprimento às expectativas geradas pelo debate inicial em torno das gravuras.

Mais recentemente, em particular durante os últimos dois anos, tem adquirido relevância, ainda que num patamar de visibilidade pública obviamente inferior ao antes verificado, a construção do Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa no Parque Arqueológico. Previsto como peça fundamental de todo o projecto de desenvolvimento, a sua concretização tem sido pretexto para a enunciação de

diferentes perspectivas quanto a orientações e estratégias de captação de visitantes. A questão é tanto mais sensível quanto, existindo actualmente restrições às visitas, os 20 mil visitantes anuais distam dos 200 mil que chegaram a ser projectados. De um lado, defende-se que o Museu seja apto a atrair um número o mais alargado possível de visitantes de forma a potenciar estratégias de aproveitamento turístico – posição protagonizada por actores locais. De outro lado, defende-se a prioridade museológica do projecto – é o caso, designadamente, de responsáveis do MC na área dos museus.

Esta questão deve ser entendida também à luz de dois eixos de política cultural que vêm ganhando importância nos últimos anos: a preocupação com o alargamento de públicos para a cultura e a constituição de redes de equipamentos culturais (interessando aqui a implementação, em curso da Rede Nacional de Museus, promovida pelo Instituto Português de Museus sob cuja tutela é previsível que venha a ficar o Museu de Foz Côa). Também neste aspecto, o caso de Foz Côa constitui ocasião em que se dá a ver a especificidade própria dos instrumentos através dos quais se concretiza a política cultural. De alguma forma, para além das já referidas dificuldades estruturais do modelo de desenvolvimento proposto, a especificidade das posições em jogo bem como a novidade de instrumentos e medidas associados ao caso contribuem para que se prolongue no tempo o percurso desde a emergência do símbolo até à sua concretização.

2. os programas de investimento são (o Programa Integrado de Desenvolvimento do Vale do Côa primeiro e, desde 2000, a Acção Integrada de Base Territorial do Côa)

